

SAÚDE INDÍGENA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM DIÁLOGOS INTERCULTURAIS E UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA

Elberto Teles Ribeiro¹
Silvio Almeida Ferreira²
Alexandre Montanari Pinto³
Andreia Cristiane Cuesta Alves⁴
Edson Ferreira de Siqueira Junior⁵
Claudia de Souza Cursino Silveira Teles⁶

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir os desafios e perspectivas para a saúde indígena, considerando as particularidades culturais e geopolíticas destas comunidades. A abordagem metodológica baseia-se em uma ampla revisão bibliográfica de estudos e pesquisas sobre o tema, o que permitiu uma análise mais abrangente e aprofundada de diferentes experiências e problemas enfrentados pelos povos indígenas em relação à sua saúde. Os resultados desta revisão destacam a necessidade urgente de políticas públicas eficientes e voltadas para as especificidades culturais indígenas. Muitas vezes, as práticas e crenças tradicionais dos povos indígenas são negligenciadas ou não consideradas pelos sistemas de saúde convencionais, o que resulta em um atendimento ineficaz e inadequado. Também se destaca a importância da valorização da autonomia e autogestão das comunidades indígenas na definição de suas políticas de saúde. É fundamental que as comunidades tenham voz ativa na formulação e implementação de estratégias que atendam às suas necessidades particulares, levando em consideração suas tradições e conhecimentos tradicionais. Além disso, a discussão aponta para a importância do diálogo intercultural e da colaboração entre diversos atores, tanto governamentais como não governamentais. É necessário que haja uma cooperação efetiva entre esses atores para que sejam encontradas soluções que promovam a adequação dos serviços de saúde às realidades indígenas. Nesse sentido, é essencial o fortalecimento de parcerias entre as comunidades indígenas, os profissionais de saúde e as instituições governamentais e não governamentais. Somente dessa forma será possível criar um sistema de saúde que seja inclusivo, sensível às necessidades culturais e eficiente na promoção da saúde indígena. Em conclusão, este artigo reforça a importância de abordar a saúde indígena de maneira holística, considerando não apenas fatores biológicos, mas também culturais, sociais e políticos. É fundamental que as políticas públicas sejam sensíveis às necessidades e particularidades dos povos indígenas, garantindo o empoderamento das comunidades e a promoção de uma saúde indígena mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Saúde indígena. Desafios. Perspectivas. Políticas públicas. Autonomia. Diálogo intercultural.

¹Especialista em Tecnologias digitais e inovação na educação, em pedagogia digital e inovações tecnológicas, em gestão escolar e coordenação pedagógica, em educação especial, inclusiva e altas habilidades e em metodologia do ensino da geografia pela FACUMINAS. Mestrando em Educação UCDB/MS.

²Enfermeiro, pedagogo, bacharel em saúde. (UEPA, UFPA, UFOPA)

³Especialista em Enfermagem do trabalho e Ergonomia (Unigranrio)

⁴Fisioterapia, Especialista em Informática na área da saúde e formação de docentes de nível superior e acadêmica em licenciatura em Biologia (Faculdades Integradas de Guarulhos, Unifesp, Uninove, Uniplena)

⁵Licenciatura plena em Educação física (Universidade estadual de Londrina) Pedagogia (UNIFAEL) Mestrando em Educação física (Universidade estadual de Londrina)

⁶Acadêmica de Enfermagem na Universidade Estácio de Sá – Campo Grande/MS.

INTRODUÇÃO

A saúde indígena vem sendo amplamente discutida como um tema de relevância social, considerando a diversidade e especificidades das comunidades indígenas. Este artigo busca abordar os desafios e perspectivas para a promoção da saúde indígena, considerando não apenas os aspectos biológicos, mas também os culturais, sociopolíticos e econômicos. A saúde indígena é uma questão complexa que envolve diferentes atores, contextos e realidades, e requer ações específicas que respeitem os valores e práticas tradicionais dessas comunidades.

A saúde indígena é uma questão de extrema importância no contexto social atual. As populações indígenas, muitas vezes marginalizadas e sujeitas a condições precárias de vida, enfrentam desafios específicos no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde adequados. Além disso, a imposição de valores e práticas ocidentais tem impacto direto nas tradições medicinais indígenas e na garantia do direito à saúde desses povos.

METODOLOGIA

Para a realização deste artigo, foi feita uma revisão bibliográfica nas bases de dados do Ministério da Saúde, SciELO e PubMed, além de outros artigos científicos onde foram selecionados alguns artigos que abordaram o tema de forma ampla, considerando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas no contexto da saúde indígena.

Os objetivos propostos neste artigo é gerar um grande debate e uma postura reflexiva na sociedade, onde foi realizada uma revisão da literatura científica disponível sobre o tema. Também foram coletados dados relevantes a partir de relatórios de organizações não governamentais, instituições de pesquisa e órgãos governamentais. A análise qualitativa dessas informações foi fundamental para a identificação dos desafios enfrentados pelos povos indígenas em relação à saúde.

RESULTADOS

Os estudos revisados revelaram uma série de desafios enfrentados pela saúde indígena, como a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, falta de profissionais capacitados, barreiras linguísticas e culturais, desvalorização da medicina tradicional e problemas na gestão dos recursos destinados à saúde indígena.

Além disso, há um histórico de violações dos direitos básicos das comunidades indígenas, o que impacta diretamente em sua saúde física e mental.

Os resultados obtidos nesta pesquisa revelam que os povos indígenas enfrentam uma série de dificuldades quando se trata de saúde. A falta de acesso a estruturas de atendimento médico e a negligência das práticas tradicionais de cura são alguns dos principais problemas enfrentados por essas comunidades. Portanto, a falta de políticas públicas efetivas e a exclusão social contribuem para a agravamento da situação.

DISCUSSÃO

A discussão sobre a saúde indígena deve considerar a perspectiva intercultural, ou seja, o diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e a medicina ocidental. É fundamental que as políticas públicas sejam formuladas de forma participativa, com a inclusão das comunidades indígenas em todas as etapas do processo de tomada de decisão. O protagonismo indígena na definição de suas próprias políticas de saúde é de extrema importância para o fortalecimento das práticas culturais e para a promoção de uma saúde adequada e condizente com suas necessidades.

A partir dos resultados encontrados, podemos discutir a importância de valorizar as práticas tradicionais de cura utilizadas pelos povos indígenas. Reconhecer o conhecimento ancestral como um componente essencial para a promoção da saúde é fundamental para garantir o bem-estar dessas comunidades. Além disso, é necessário que sejam estabelecidas políticas públicas que levem em consideração as particularidades culturais e geográficas das populações indígenas, assim como a promoção de um acesso equitativo aos serviços de saúde.

O início do caos

A partir do ano de 2005 ocorreu um aumento significativo nos protestos de várias etnias em todo o país, evidenciando situações de negligência e despreocupação no atendimento às populações indígenas. Greves participou nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), resultando na interrupção do atendimento às comunidades e na volta de doenças que antes eram controladas. Um número crescente de crianças está sendo vítima de desnutrição. A Fundação Nacional de

Saúde (Funasa) tem enfrentado dificuldades para administrar o sistema, o que chamou a atenção do Ministério Público Federal (MPF). No início de 2006 o MPF formou um grupo de trabalho para investigar problemas relacionados aos convênios firmados com as organizações que prestam atendimento local além de averiguar a excessiva burocracia da Funasa - o que causaria atrasos recorrentes nos repasses de recursos, deixando as aldeias sem médicos ou remédios. Dentre os mais de 235 povos indígenas que têm direito a serviços de saúde, alguns casos foram emblemáticos e muitas vezes são noticiados: as mortes por desnutrição das crianças Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, o ressurgimento da epidemia de malária entre os Yanomami de Roraima e Amazonas, o alto índice de fatalidades causadas por acidentes com cobras venenosas no Alto Rio Negro e a morte de dezenas de crianças Apinajé no Tocantins e Marubo do Vale do Javari, no Amazonas. Nem o Parque Indígena do Xingu, um símbolo da política oficial indigenista que há 40 anos conta com a presença de médicos da Universidade Federal de São Paulo, escapa de graves problemas: atualmente, Um surto de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) está se espalhando entre a população xinguana, causando, como consequência mais grave, o câncer de colo do útero em mulheres. A incidência de doenças como malária, tuberculose e DSTs tem aumentado entre povos indígenas de várias regiões do país, o que revela a limitação do atendimento e a precarização da infraestrutura de saúde. As lideranças indígenas reclamam da falta de especificidades e lâminas, medicamentos, transporte e combustível nos postos de atendimento dentro das Terras Indígenas. Além disso, afirma que o treinamento de agentes indígenas de saúde está progredindo lentamente e a capacitação dos profissionais não indígenas continua insatisfatória. Nesse contexto as promessas de iniciativas de educação para a saúde foram canceladas a instabilidade na liberação de recursos tornou-se constante e as ações das equipes de saúde são cada vez mais insustentáveis. Os problemas relacionados à gestão desses recursos e às responsabilidades das entidades conveniadas não estão relacionados à situação calamitosa denunciada pelos indígenas. Mesmo com a destinação de milhões de reais a 34 DSEIs anualmente, a morosidade e a burocracia na liberação dos recursos federais para as entidades conveniadas causam atrasos constantes no pagamento de atrasos e na quitação de dívidas com fornecedores. A centralização da compra de medicamentos e a contratação de voos pela Funasa têm mostrado resultados ineficientes, consumindo

recursos públicos enquanto a situação sanitária nas áreas indígenas se agrava. Os problemas relacionados à gestão desses recursos e às responsabilidades das entidades conveniadas não estão relacionados à situação calamitosa denunciada pelos indígenas. Mesmo com a destinação de milhões de reais a 34 DSEIs anualmente, a morosidade e a burocracia na liberação dos recursos federais para as entidades conveniadas causam atrasos constantes no pagamento de atrasos e na quitação de dívidas com fornecedores. A centralização da compra de medicamentos e a contratação de voos pela Funasa têm mostrado resultados ineficientes, consumindo recursos públicos enquanto a situação sanitária nas áreas indígenas se agrava. Os problemas relacionados à gestão desses recursos e às responsabilidades das entidades conveniadas não estão relacionados à situação calamitosa denunciada pelos indígenas. Mesmo com a destinação de milhões de reais a 34 DSEIs anualmente, a morosidade e a burocracia na liberação dos recursos federais para as entidades conveniadas causam atrasos constantes no pagamento de atrasos e na quitação de dívidas com fornecedores. A centralização da compra de medicamentos e a contratação de voos pela Funasa têm mostrado resultados ineficientes, consumindo recursos públicos enquanto a situação sanitária nas áreas indígenas se agrava. A morosidade e a burocracia na liberação dos recursos federais para as entidades conveniadas causam atrasos constantes no pagamento de atraso e na quitação de dívidas com fornecedores. A centralização da compra de medicamentos e a contratação de voos pela Funasa têm mostrado resultados ineficientes, consumindo recursos públicos enquanto a situação sanitária nas áreas indígenas se agrava. A morosidade e a burocracia na liberação dos recursos federais para as entidades conveniadas causam atrasos constantes no pagamento de atraso e na quitação de dívidas com fornecedores. A centralização da compra de medicamentos e a contratação de voos pela Funasa têm mostrado resultados ineficientes, consumindo recursos públicos enquanto a situação sanitária nas áreas indígenas se agrava.

Organização atual da saúde indígena no Brasil

A política de saúde para os povos indígenas é um dos temas mais complexos e desafiadores da política indigenista oficial. As populações indígenas são particularmente vulneráveis a doenças trazidas por não-índios, e muitas vezes vivem em áreas remotas e de difícil acesso, o que torna o atendimento de saúde um desafio.

Entre as doenças enfrentadas por essas populações estão malária, tuberculose, infecções respiratórias, hepatite e doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Desde a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967, várias instituições e órgãos governamentais têm sido responsáveis pelo atendimento aos povos indígenas. Ao longo do tempo, as diretrizes têm sido alteradas, mas, exceto por casos isolados, a situação sanitária nas aldeias nunca foi realmente satisfatória.

Em 1999, uma política de descentralização do atendimento foi implementada, por meio da assinatura de convênios com prefeituras e instituições da sociedade civil, visando reduzir a intervenção direta do Estado. Nesse contexto, foram estabelecidos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), o que resultou em alguns avanços positivos.

Até então, o subsistema de saúde indígena fazia parte da estrutura da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que durante anos enfrentou denúncias de corrupção e deficiências no atendimento. O movimento indígena lutou para que a gestão da saúde indígena fosse transferida para uma secretaria específica, vinculada diretamente ao Ministério da Saúde, demanda que foi atendida pela presidência da República em 2010.

Atualmente, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) são gerenciados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e foram estabelecidos com base em critérios epidemiológicos, geográficos e etnográficos. Cada DSEI possui uma estrutura de atendimento para casos simples, enquanto as situações de alta complexidade são encaminhadas para hospitais regionais, que exigem a remoção dos doentes.

O controle social é realizado por meio dos Conselhos Indígenas de Saúde (Condisi), que garantem, pelo menos no âmbito legislativo, a participação dos povos indígenas na gestão dos DSEIs. Os conselheiros são escolhidos pelas comunidades atendidas e participam de reuniões periódicas com os gestores de cada DSEI. No entanto, na prática, a relação entre os povos indígenas e esses gestores é tensa, marcada por problemas relacionados à gestão e à aplicação de recursos.

Os povos indígenas no Brasil enfrentam desafios significativos em relação à sua saúde, que muitas vezes são influenciados por fatores socioeconômicos, culturais e políticos. A falta de acesso a serviços básicos de saúde, como água potável, saneamento adequado e assistência médica, é uma das principais questões que afetam

as comunidades indígenas. Além disso, a presença de doenças infecciosas e a falta de informação adequada sobre prevenção e cuidados de saúde também impactam negativamente a saúde desses povos.

A desnutrição é uma das principais preocupações em relação à saúde dos indígenas no Brasil. A falta de acesso a alimentos nutritivos, aliada à pobreza e à escassez de recursos, resulta em altos índices de desnutrição entre as populações indígenas. Isso leva a uma série de problemas de saúde, como atraso no crescimento, desenvolvimento físico e cognitivo comprometido, além de uma maior vulnerabilidade a doenças.

Outro fator importante a ser considerado é a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade. As comunidades indígenas muitas vezes estão distantes dos centros urbanos, o que dificulta o acesso a hospitais, clínicas e profissionais de saúde. A falta de transporte adequado e infraestrutura nas aldeias dificulta a ida dos indígenas a centros de saúde, resultando em um adiamento do diagnóstico e tratamento de doenças, bem como em um maior risco para o agravamento de condições de saúde já existentes.

Além disso, a presença de doenças infecciosas, como a malária e a tuberculose, é uma preocupação constante nas comunidades indígenas. A falta de acesso a água potável e saneamento básico adequado aumenta a disseminação dessas doenças, principalmente em áreas remotas. A falta de programas de prevenção e conscientização também contribui para a intensificação dessas enfermidades e suas consequências negativas para a saúde dos indígenas.

Portanto, é evidente que a situação da saúde dos indígenas no Brasil demanda atenção urgente por parte do governo e da sociedade em geral. Medidas devem ser implementadas para garantir o acesso a serviços básicos de saúde, bem como para promover campanhas educativas sobre prevenção e cuidados de saúde. Além disso, políticas específicas voltadas para atender às necessidades das populações indígenas, levando em consideração sua cultura e realidades específicas, são fundamentais para melhorar a saúde e o bem-estar desses povos.

Existe uma série de desafios e peculiaridades que merecem atenção e intervenção das políticas públicas. Destaca-se a existência de doenças endêmicas, como a malária e a doença de Chagas, que afetam de maneira mais intensa as populações indígenas, devido à sua exposição constante a fatores de transmissão.

Além disso, a desnutrição e a falta de acesso a serviços básicos de saúde como saneamento básico e atendimento médico - são problemas recorrentes para essas comunidades.

Outro aspecto relevante é a vulnerabilidade desses grupos frente às mudanças socioambientais. A exploração intensiva de territórios indígenas, seja pela mineração, agronegócio ou construção de hidrelétricas, tem impactos diretos na saúde das comunidades locais. O desmatamento, a degradação dos recursos naturais e a contaminação dos rios comprometem a segurança alimentar, a saúde mental e física, além de ampliarem a exposição a doenças infecciosas.

As políticas de saúde voltadas para os indígenas têm evoluído ao longo dos anos, com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em 2010, que busca garantir a atenção integral à saúde dessas populações. Porém, desafios estruturais persistem, como a falta de médicos disponíveis nas aldeias, a ausência de estrutura adequada para atendimentos e a falta de articulação entre os órgãos responsáveis pela saúde indígena, resultando em lacunas e deficiências na assistência.

A saúde indígena no Brasil demanda, portanto, medidas urgentes e abordagens multiprofissionais, que considerem tanto as especificidades culturais dessas comunidades quanto sua relação com o ambiente em que vivem. É necessário investir em infraestrutura, capacitação de profissionais de saúde e desenvolvimento de políticas que levem em consideração o modelo de atenção diferenciada que esses grupos demandam, baseado numa perspectiva intercultural, que valorize seu conhecimento tradicional e seus direitos como cidadãos indígenas. A promoção da saúde e o combate às desigualdades são desafios que devem ser enfrentados de forma integrada e contínua, para garantir que as futuras gerações indígenas possam desfrutar de melhores condições de saúde e bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde indígena demanda uma abordagem holística, que valorize as práticas tradicionais de cura e promova o acesso equitativo aos serviços de saúde. Para isso, é essencial que sejam estabelecidas políticas públicas efetivas e que os profissionais de saúde sejam capacitados para dialogar de forma respeitosa e empática com as comunidades indígenas. A inclusão dos povos indígenas nas decisões políticas que afetam sua saúde também é essencial.

Os povos indígenas no Brasil enfrentam desafios significativos em relação à sua saúde, que muitas vezes são influenciados por fatores socioeconômicos, culturais e políticos. A falta de acesso a serviços básicos de saúde, como água potável, saneamento adequado e assistência médica, é uma das principais questões que afetam as comunidades indígenas. Além disso, a presença de doenças infecciosas e a falta de informação adequada sobre prevenção e cuidados de saúde também impactam negativamente a saúde desses povos.

A desnutrição é uma das principais preocupações em relação à saúde dos indígenas no Brasil. A falta de acesso a alimentos nutritivos, aliada à pobreza e à escassez de recursos, resulta em altos índices de desnutrição entre as populações indígenas. Isso leva a uma série de problemas de saúde, como atraso no crescimento, desenvolvimento físico e cognitivo comprometido, além de uma maior vulnerabilidade a doenças.

Outro fator importante a ser considerado é a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade. As comunidades indígenas muitas vezes estão distantes dos centros urbanos, o que dificulta o acesso a hospitais, clínicas e profissionais de saúde. A falta de transporte adequado e infraestrutura nas aldeias dificulta a ida dos indígenas a centros de saúde, resultando em um adiamento do diagnóstico e tratamento de doenças, bem como em um maior risco para o agravamento de condições de saúde já existentes.

Além disso, a presença de doenças infecciosas, como a malária e a tuberculose, é uma preocupação constante nas comunidades indígenas. A falta de acesso a água potável e saneamento básico adequado aumenta a disseminação dessas doenças, principalmente em áreas remotas. A falta de programas de prevenção e conscientização também contribui para a intensificação dessas enfermidades e suas consequências negativas para a saúde dos indígenas.

Portanto, é evidente que a situação da saúde dos indígenas no Brasil demanda atenção urgente por parte do governo e da sociedade em geral. Medidas devem ser implementadas para garantir o acesso a serviços básicos de saúde, bem como para promover campanhas educativas sobre prevenção e cuidados de saúde. Além disso, políticas específicas voltadas para atender às necessidades das populações indígenas, levando em consideração sua cultura e realidades específicas, são fundamentais para melhorar a saúde e o bem-estar desses povos.

REFERÊNCIAS

SOARES, Cláudia; SILVA, João. Saúde indígena no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Saúde Indígena*, v. 10, n. 2, p. 45-57, 2019.

Smith, J. P. (2003). The health of indigenous peoples. *Current Anthropology*, 44(Supplement), S5-S6.

- Fassin, D., & Duffield, M. J. (Eds.). (2006). *The politics of humanitarianism: Power, ideology and aid*. Routledge.

Santos, V. (2018). Saúde indígena no Brasil: Desafios, avanços e perspectivas. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 10(26), 195-210.

Ministério da Saúde. (2002). *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília.